

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 5 • N.º 10 • OUTUBRO 96

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Fenomenologia e Transcendência. A propósito de Emmanuel Lévinas (1906-1995)*

JOÃO MARIA ANDRÉ — *Da História das Ciências à Filosofia da Ciência. Elementos para um Modelo Ecológico do Processo Científico*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Raimundo Llull, Sigério de Brabante e o Problema do Primeiro Homem*

BÉNÉDICTE HOUART — *Da Interrogação como Órgão Ontológico segundo Merleau-Ponty*

JOSÉ REIS — *Sobre o Tratado da Evidência de Fernando Gil*

RECENSÕES

ZILLES, Urbano - *Fé e Razão no Pensamento Medieval* (Coleção Filosofia, 1), 2ª edição, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996, 164 p [1ª ed.: 1993].

STREFLING, Sérgio Ricardo - *O Argumento Ontológico de Santo Anselmo* (Coleção Filosofia, 2), Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993, 103 p.

DE BONI, Luís A. (org.) - *Lógica e Linguagem na Idade Média*. Actas do 4º Encontro de Filosofia Medieval da Comissão de Filosofia Medieval do Brasil. Porto Alegre, 8-12 de Novembro de 1993 (Coleção Filosofia, 23), Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995, 296 p.

O conjunto das três obras que passamos a apresentar ao público português, integradas na Coleção Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, traduz a vivacidade e as deficiências de alguma investigação brasileira no âmbito da Filosofia Medieval. Saudamos, por isso, em primeiro lugar, o acolhimento (entre nós tão raro) que a EDIPUCRS tem dado a esse âmbito especializado da Filosofia, e igualmente nos louvamos, no apreciável e meritório esforço de investigação (e mesmo em certa paixão) que se detecta na leitura destas páginas, uma das quais (o título de Strefling) constituiu até tese de Mestrado em Filosofia. No entanto, e à excepção de algumas contribuições ao volume organizado pelo incansável Luís A. De Boni, o balanço que fazemos é reservado. As principais lacunas são visíveis ao nível do desconhecimento de fontes e ao uso de bibliografia secundária, desactualizada ou (quantas vezes!) tomada com impossível exclusividade para fundar a redacção dos escritos. Isto não quer dizer, no entanto, que ao nível da divulgação não se possa recomendar a leitura do livro de Urbano Zilles, director da Coleção, ou da dissertação de Sérgio Strefling, por aquele orientado, enquanto texto explicativo da famosíssima «ratio anselmi». Recordemos, por exemplo, que a sua explicação faz parte do nosso Programa de Filosofia do 12º ano, pelo que este título de Strefling pode completar a edição escolar de J. S. Rosa e Mª H. R. Pereira, *Proslogion* (Lisboa, 1995). Seria, porém, de uma grande temeridade pensar-se que qualquer um destes dois títulos pode satisfazer um acesso mais exigente ao complexo argumento (vd., por isso, próximo de nós, para além dos vários estudos da nossa colega Maria Leonor Xavier, M. Pérez de Laborda, *La razón frente al insensato*, Pamplona, 1995, 263 p.).

A obra de Zilles acaba por ser uma brevíssima introdução ao pensamento medieval, desde o século IX e culminando em Nicolau de Cusa (autor que recebe o melhor tratamento de todo o livro), mas sem que se evitem alguns lugares comuns, como, por exemplo, o da célebre oposição entre dominicanos e franciscanos (p. 61) — como se sabe, uma tese

que hoje em dia já nada diz — ou o da perspectiva historiográfico-biológica trifásica, padronizada por M. De Wulf, mas que é muito mais arcaica (vd. M. Wallis, «Koncepcje biologiczne w humanistyce», *Fragmety filozoficzne*, s. II, Varsóvia, 1959, 307-330), e que ainda fala em termos de «apogeu» e de «decadência», esta a propósito da Escolástica post-século XIII (p. 121). Somos informados (p. 8), porém, que este estudo resulta de um curso de Filosofia da Religião, ministrado pelo autor, pelo que, ao nível da mera divulgação, cumpre o seu papel. Para além de encontrarmos uma leitura da obra do Cusano enquanto «síntese do medievo e da modernidade» (p. 131- 157), antes de sobrevoar a sua perspectiva histórica, o A. procura, como convém, eliminar alguns dos mais irritantes preconceitos que ainda ferem a abordagem da filosofia medieval (vd. a este propósito, entre nós, J. M. Barbosa, *Estudos de Filosofia Medieval 1*, Lisboa, 1984).

Primeiro sob a presidência de José António de C. Rodrigues de Souza, e depois de Luís A. De Boni, a Comissão Brasileira de Filosofia Medieval continua a sua importante tarefa de promoção de estudos e de encontros internacionais especializados. O volume que agora apreciamos constitui as Actas do 4º Encontro Internacional (1993), e o organizador do volume historia rapidamente (p. 7) as publicações que dão conta dos encontros anteriores, em que predominam os temas ético-políticos e o assinalável esforço de tradução de textos. O tema genérico escolhido, «Lógica e Linguagem», é de enorme actualidade, conforme o testemunham, por exemplo, as secções III, IV e V de *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*. A grande vantagem do volume está na diversidade do forum que proporcionou, e no qual pôde contar com nomes como Francisco Bertelloni, Luis A. De Boni, José A. C. R. de Souza, Gregorio Piaia ou Celina Lértora Mendoza, que decerto puderam suscitar ainda mais o já grande interesse que os estudiosos brasileiros nutrem pela coisa medieval. Nem todos os trabalhos apresentados se confinaram ao tema geral (mantém-se a gravitação em torno de temas políticos, pelo que noticiaríamos aqui a publicação das *Actas del II Congreso Nacional de Filosofia Medieval*, ed. de Jorge M. Ayala, Saragoça, 1996). Também nem todos os contribuintes respeitaram a época (pode ler-se um artigo sobre Francisco Suárez); também é verdade que as comunicações apresentadas são bastante desiguais, desde a mais elementar divulgação (cujas lacunas já apontámos) à investigação mais sistemática e/ou de primeira mão (caso dos textos sobre 1230, 1277, sobre Francisco de Meyrnonnes, o *Defensor Pacis* ou o infinito oxoniano), mas o leitor interessado também em Santo Agostinho, Pedro Abelardo, São Bernardo, Tomás de Aquino, Raimundo Llull, Dom Duarte ou Nicolau de Cusa, não perderá nada em conhecer este volume, no qual decerto encontrará motivos de interesse, e cuja publicação dá testemunho da Filosofia que se faz no Brasil.

Permitir-nos-íamos, em todo o caso, sublinhar o trabalho de Celina Mendoza sobre as implicações sintácticas, semânticas e pragmáticas do infinito em Grosseteste, Bacon e Ockham («El Infinito domado: una nueva logica operativa»), que desejaríamos ver continuado para fora da escola de Oxford, ao mesmo tempo que recordamos que o interesse da contribuição de F. Bertelloni («Lo que se puede decir — lo que se puede saber») prende-se com o facto de este investigador privilegiar um trabalho sistemático, ultimamente sobre o *Guia do estudante* publicado por Cl. Lafleur, conforme dá conta o seu estudo paralelo «'Loquendo Philosophice - loquendo theologice'. Implicaciones ético-políticas en la 'Guía del estudiante' de Barcelona. A propósito de una reciente publicación de C. Lafleur», *Patristica et Mediaevalia* 14 (1993), 2-40; sublinharíamos a pertinência da sua observação quanto ao prognóstico de Egídio Romano relativamente às consequências políticas das teses éticas dos Artistas (p. 92). Estamos perante uma estratégia que também José António de Souza vem praticando, desta vez sobre Francisco de Meyrnonnes, cuja *Quaestio de Subjectione* é aqui lida sob o prima da hierocracia, além de parcialmente traduzida. Aliás, convém destacar devidamente que se é verdade que um certo tom dos estudos toca a

elementar divulgação, também parece ser em nome dessa divulgação que alguns dos artigos publicados têm a vantagem de fechar — numa secção intitulada «Leitura» — com a tradução de curtos textos (é o caso, para além de Meyronnes, de Marsílio de Pádua, de São Bernardo, e até do rei Dom Duarte!). Uma última palavra, para o utilíssimo artigo de De Boni («As condenações de 1277: os limites do diálogo entre filosofia e teologia»), que tem também a vantagem de traduzir vinte das proposições condenadas por Tempier relativas à liberdade da vontade (lista esta que pode ser completada com a nossa, que publicámos em apêndice à tradução de *Boécio de Dácia. A Eternidade do Mundo*, Lisboa, 1966). Deixaríamos, por fim um reparo. A págs. 132-33, Boni, aliás na esteira de Hissette ao relacionar o *Quodl. I*, q. 16 de Henrique de Gand com Tomás de Aquino, deixa a seguinte pergunta: «Por que, então, aquele professor [sc. H. de Gand] não tentaria elencar as teses supostamente erróneas de Tomás na lista divulgada pelo bispo?» Observaríamos, tão-só, que a participação de Henrique no caso 1277 está longe de ser clara. Assim: J. Miethke (“Papst, Ortsbischof und Universität in der Pariser Theologenprozessen des 13. Jahrhunderts”, *Miscellanea Mediaevalia* 10 (1976), 52-94) insiste na necessidade de se distinguir entre a comissão encarregada do inquérito e a assembleia reunida para discutir o “dossier”, e se não nos diz se Henrique participou na primeira, o que R. HISSETTE admite como provável com base na proximidade entre os artigos 83 e 187 e o *Quodl. I* de Henrique (“Etienne Tempier et ses condamnations”, *Recherches de Théologie ancienne et médiévale*, 47, 1980, p. 236), relativamente a Henrique e aos processos de condenação da época lembraria aqui: o seu embaraço quanto à unanimidade dos membros (“unanimiter concedentes”) no que toca a um dos artigos, 54 (219); e o facto de o próprio Henrique não escapar à eventualidade de uma condenação, embora agora em 28 de Março de 1277, a propósito da sua posição “peregrina” acerca das formas substanciais do homem (*Quodl. X*, q. 5). Sabemos, para acabar, que no seio da comissão, a unanimidade esteve longe de ser um facto (cf. *ibid.* ed. R. Macken p. 127). Baseando-se numa afirmação do *Quodl. XI*, q. 11 (ed. Badius, fol. 467 r V) sobre um “... articulum quemdam damnatum Parisius, nulla creatura habet statum in supremo...”, P. Porro (*Enrico di Gand. La via delle proposizioni universali*, Bari, 1990, p. 148-149, n. 15) conclui: “... se ne può dedurre che l’intervento di Tempier fu in qualche modo autonomo rispetto ai lavori della commissione, tanto da disorientarne gli stessi componenti.” Esta problemática poderá ainda ser esclarecida quer à luz da nossa tradução, *Henrique de Gand - Questões Sobre a metafísica do ser no Tempo* (Lisboa, 1996) quer, sobretudo, pela consulta ao estudo que acabámos de publicar em *Recherches de Théologie ancienne et médiévale*, tome LXIII (1996), 26-57.

Mário Santiago de Carvalho

MALO, Antonio *Certeza e volontà. Saggio sull’etica cartesiana*. Prefazione di A. Livi (Roma: Armando Editore, 1994) 200 pp, L.29.000

Esta obra de Antonio Malo, professor de Antropologia Filosófica na Faculdade de Filosofia do Ateneo Romano, procura delinear com a maior exactidão possível o estatuto da ética cartesiana. A moral cartesiana, como quase todos os aspectos do seu pensamento, já foi objecto de muitos estudos alguns dos quais se tornaram verdadeiros clássicos. Antonio Malo tenta articular, numa reflexão polarizada pelas categorias de certeza e vontade, a possível coerência entre a moral provisória de Descartes e uma “ética científica” inacabada mas claramente esboçada nos textos cartesianos. No seu labor interpretativo, A. Malo parte de uma visão do pensamento cartesiano como *complexio oppositorum* num sentido que o vincula a dois tipos de exigências metodológicas: 1) necessidade de uma